



AVALIAÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR NO CURSO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO *CAMPUS* RJ DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ)

ROGÉRIO TEIXEIRA DE OLIVEIRANOME AUTOR 1

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

rogeriooliveira2502@gmail.com

MARCIA CRISTINA RODRIGUES COVA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

marciacova@gmail.com

LEVY FREITAS DE LEMOS

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

levi.lemos@ifrj.edu.br

RESUMO: O Curso de Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, oferecido no *Campus* Rio de Janeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RJ (IFRJ), tem como proposta a formação de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir a Educação Básica em época oportuna. O curso tem baixa procura e elevado índice de evasão. Diante desta situação, chegou-se a seguinte questão: Quais ações organizacionais podem ser realizadas para possibilitar a alteração desse cenário. Visando responder à questão problemática da evasão foi estruturado o seguinte objetivo principal: Realizar um diagnóstico sobre permanência e evasão escolar e elaborar um Plano de Ação Educacional para reduzir a evasão no curso de MSI-CRJ do IFRJ contribuindo para o alcance das metas organizacionais e sociais. Como metodologia foi realizada pesquisa qualitativa tendo como instrumentos de coleta de dados pesquisa documental, revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. O estudo utilizou a análise de conteúdo e posterior categorização dos dados. A pesquisa apresentou como resultado a elaboração de Plano de Ação Educacional, constituído de ações para diminuir a evasão escolar no curso de MSI-CRJ e alcançar os resultados organizacionais e sociais planejados.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Evasão escolar; Gestão Organizacional; Gestão Didático-Pedagógica; Plano de Ação Educacional

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, vários processos foram estabelecidos afim de integrar o indivíduo à sociedade e a educação é um desses processos.

Apesar das garantias legais expressas, alguns indivíduos não conseguem ter acesso à educação em época oportuna, interrompendo seu processo de aprendizagem ainda na etapa inicial da Educação Básica.

Esses jovens e adultos, que não tiveram acesso ou interromperam a educação em idade regular, apesar de amparados legalmente, nem sempre logram êxito no acesso e na permanência no processo de educação.

Esta pesquisa, a partir da percepção das questões de acesso, permanência e do alto índice de evasão escolar no curso de Manutenção e Suporte em Informática integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Campus Rio de Janeiro do IFRJ, doravante denominado MSI-CRJ, trata de realizar um diagnóstico do fenômeno da permanência e evasão escolar.

Nesse sentido chega-se à seguinte questão: Quais ações organizacionais podem ser realizadas afim de possibilitar a diminuição da evasão escolar no curso de MSI-CRJ contribuindo para o alcance das metas organizacionais e sociais?

A pesquisa, afim de responder à questão problemática da evasão escolar, estruturou o seguinte objetivo principal: Realizar diagnóstico sobre a evasão escolar no curso de MSI-CRJ e elaborar um Plano de Ação Educacional para diminuir a evasão escolar e contribuir para o alcance das metas organizacionais e sociais.

Para dar sustentação ao alcance do objetivo principal, foram desenvolvidos os seguintes objetivos intermediários: levantar dados institucionais do curso de MSI-CRJ, no período de 2006.2º a 2017.2º; levantar informações relacionadas à Educação de Jovens e Adultos, doravante denominada de EJA, Evasão Escolar, Gestão Educacional, Gestão Didático-Pedagógica, Trabalho, Família, Violência, Comunicação Pública, Motivação, Impacto Social; identificar, através de entrevistas semiestruturadas, os motivos de evasão do curso de MSI-CRJ, a partir das percepções dos evadidos no período de 2006.2º a 2017.2º, matriculados e concluintes entre 2006.2º e 2017.1º; dos docentes do curso de MSI-CRJ, da Coordenação do curso de MSI-CRJ, Gestores e Técnico de Assuntos Educacionais, doravante denominado TAE; identificar os motivos que levaram os discentes a optarem pelo curso de MSI-CRJ; evidenciar os pontos fortes e fracos no curso de MSI-CRJ pelos discentes, docentes, gestores, coordenação e TAE; identificar as expectativas dos estudantes, a partir da realização, conclusão e da evasão do curso de MSI-CRJ; analisar documentos institucionais e entrevistas realizadas, a partir de uma perspectiva fenomenológica; elaborar um Plano de Ação Educacional para minimizar a evasão escolar no curso de MSI-CRJ.

A relevância teórica da pesquisa é fundamentada no fenômeno da evasão escolar nos cursos de Jovens e Adultos patrocinados pelo Governo Federal e a relevância prática é fundamentada pelo fenômeno da evasão escolar especificamente no curso de MSI-CRJ; que ainda não foi estudado de forma específica; principalmente sob a perspectiva dos atores sociais envolvidos no processo, qual seja, discentes, docentes e servidores.

Este estudo contribuirá com um Plano de Ação Educacional ao fornecer informações e orientações que subsidiem a tomada de decisão organizacional.

A particularidade empírica da pesquisa está em dar voz aos sujeitos sociais e, a partir dos resultados encontrados, evidenciar as especificidades das experiências de cada um deles.

O estudo delimitou-se ao aprofundamento das categorias de Educação de Jovens e Adultos, Evasão Escolar e Gestão Educacional, porém entendendo que o fenômeno da evasão escolar é multivariado e enseja estudos futuros, a partir dos resultados desta pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta conceitos norteadores da pesquisa que são Educação de Jovens e Adultos, Evasão Escolar e Gestão Educacional como subsídios para desenvolvimento do presente estudo.

2.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A EJA se fundamenta, inicialmente, a partir do artigo 205 da Constituição Federal de 1988, quando expressa que a educação se pauta pelo “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

O artigo 205 da Magna Lei estabelece ainda a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família[...]”.

A EJA está inserida na Educação Básica; que é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996).

Conforme a Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil, doravante denominada LDB/1996, em seu Capítulo II, Seção V, art. 37, a EJA é modalidade da Educação Básica e:

[...] será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria[...] os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho[...] (BRASIL, 1996).

O Parecer CNE/CEB nº 05/98 (Brasil, 1998) expressa o perfil dos sujeitos atendidos pela EJA:

[...] são adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub-representados nessa etapa da escolaridade. (BRASIL, 1998).

Alguns marcos legais são imprescindíveis para a EJA no Brasil: a Constituição Federal de 1988, a LDB/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) e PNE (Lei 13.005/2014).

A consolidação da EJA efetivou-se a partir da LDB/96, do Decreto regulamentador nº 2.208/97 e do Parecer CNE/CEB nº 16/99.

Uma questão importante na efetivação da EJA foi a alteração do estudo supletivo para EJA, iniciado em 1971. Tal mudança provocou:

um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo compreendendo os diversos processos de formação. (SOARES, 2002, p. 12).

Entender o processo da EJA suscita entender inicialmente esta modalidade como forma de acesso ao direito à educação dos indivíduos que não a acessaram em idade regular e ainda entendê-los como sujeitos coletivos de uma trajetória com múltiplos rebatimentos sociais, imersos numa estrutura societária capitalista com suas específicas correlações de forças.

2.2 EVASÃO ESCOLAR

O fenômeno da evasão escolar, conforme Queiroz (2011, p. 02), “não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro”.

Segundo Fritsch e Vitelli (2016), a evasão escolar:

[...]significa desistência por qualquer motivo, exceto conclusão. É um fenômeno complexo, associado a não concretização de expectativas de pessoas e reflexo de múltiplas causas relacionadas a fatores e variáveis objetivas e subjetivas que precisam ser compreendidas no contexto socioeconômico, político e cultural, no sistema educacional e nas instituições de ensino. (FRITSCH E VITELLI, 2016, p. 3).

A evasão é um fenômeno multivariado que implica em estudo minucioso para compreensão do mesmo e tem amparo legal conforme pode ser observado no artigo 208, inciso I da Constituição Federal (Brasil, 1988) e respectiva alteração através da Emenda Constitucional nº 059 de 11/11/2009 quando afirma que o Estado garante “[...]a educação básica obrigatória e gratuita dos 4(quatro) aos 17(dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. (BRASIL, 2018).

Conforme afirma Álvares (2006):

O fracasso escolar engendra uma espécie de teia, na qual o aluno se enreda e de onde custa a sair. Na maioria dos casos a teia torna-se tão emaranhada que não oferece saída e o desfecho dessa situação, tão comum na realidade brasileira, é o abandono da escola. Mais tarde, quando retornam à escola, esses jovens e adultos ficam extremamente suscetíveis a enredarem-se novamente, a vivenciarem outro fracasso escolar (ALVARES, 2006, p. 57).

Apesar das ações do IFRJ nem todas as vagas do Curso de MSI-CRJ são preenchidas. Existe uma baixa procura pelo curso, um baixo número de ingressantes e um elevado quantitativo de evasão (IFRJ, 2017).

Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha (2018), doravante denominada PNP(2018), o número de concluintes de todos os cursos na Rede Federal, até 31/12/2017, foi de 43,8% (123.029), os retidos representaram 6,8%, ou seja, 20.864 estudantes e os evadidos, 49,5% representando 152.431 estudantes, levando em consideração com término previsto para 2016 (carência de 1 ano) para todos os percentuais disponibilizados.

Em relação ao quantitativo geral do IFRJ, a PNP (2018) traz as seguintes informações: 35,4% de estudantes concluintes, 7,6% de estudantes retidos e 57,0% de estudantes evadidos.

A comparação dos dados da Rede Federal com os do IFRJ demonstra que a instituição está com percentual menor de concluintes (35,4%) em comparação com a média nacional (43,8%), por outro lado tem um percentual maior de retenção de estudantes (7,6%) enquanto o quantitativo nacional é de 6,8% e, em relação à evasão, o IFRJ tem 57% de evadidos, superando a média nacional que é de 49,5%.

A PNP (2018) afirma que o índice geral de evasão na rede federal para cursos técnicos é de 22,4%, no IFRJ a evasão média de todos os cursos da instituição é de 22,0%, havendo um decréscimo em relação aos cursos técnicos para 16,2%.

Os quantitativos disponibilizados pela Direção de Pesquisa Institucional (DPI) do IFRJ para o período de 2006.2 a 2017.2, disponibilizados na Tabela 1, demonstra que o Curso de MSI-CRJ teve 1.119 inscritos, 746 vagas e 567 ingressantes.

Após o levantamento desses dados foi identificado, junto à Secretaria de Ensino Médio e Técnico (SEMT) e junto a Coordenação de Integração Escola-Empresa (COIEE) do CRJ, que

do total de 567 estudantes ingressantes apenas 39 concluíram o curso no período de 2006.2 a 2017.2, o que representa apenas 6,87% do total de matriculados inicialmente. Tal percentual

Tabela 1 – Quantitativo de inscrições versus vagas oferecidas por integrantes no curso de MSI-CRJ

Períodos letivos	Vagas disponíveis	Inscritos	ingressantes
2006.2	70	149	73
2007.1	30	135	30
2007.2	30		41
2008.1	32	106	31
2008.2	32		32
2009.1	32	58	33
2009.2	32	57	26
2010.1	32	52	38
2010.2	32	52	23
2011.1	32	43	33
2011.2	32	50	32
2012.1	30	49	25
2012.2	30	54	26
2013.1	30	22	14
2013.2	30	23	12
2014.1	30	22	14
2014.2	30	41	12
2015.1	30	45	14
2015.2	30	24	7
2016.1	30	16	7
2016.2	30	38	24
2017.1	30	38	20
2017.2	30	23	10

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cedidos pela DPI do IFRJ. Julho, 2018

configura uma taxa de evasão escolar alarmante de 93,13%. (IFRJ, 2017)

Os índices apresentados pela PNP (2018) e pela DPI evidenciam que o fenômeno da evasão é questão existente em toda Rede Federal (49,5%), no IFRJ de forma geral (57,0%) e mais gravemente no curso de MSI (93,13%).

Os números alcançados pelo IFRJ estão dissonantes com todos os percentuais da Rede, logo há fortemente a necessidade de alteração desse cenário deficitário.

Após o levantamento dos dados quantitativos realizou-se entrevista semiestruturada com o Diretor de Orçamento do CRJ (Gestor 1) e o mesmo informou que o orçamento médio disponibilizado pela SETEC ao CRJ em 2017, por docente, foi de aproximadamente R\$ 24.000,00 mensais e de R\$ 3.600,00 mensais por estudante (IFRJ, 2017).

Em pesquisa junto à SEMT verificou-se que no último período do 1º semestre letivo de 2017 havia apenas 1 estudante matriculado no 6º período do curso de MSI-CRJ, ou seja, quantitativo muito aquém do que o Plano Nacional de Educação preconiza que é de 20 estudantes por professor em sala de aula. (PNE, 2014).

Conforme afirma Fritsch e Vitelli (2016, p. 3): “[...] a perda de estudantes que iniciam, mas não concluem seus estudos, configura-se como desperdício social, acadêmico e econômico.”

Sendo assim, as discrepâncias apontadas trazem impactos na efetividade dos resultados sociais e organizacionais.

2.3 GESTÃO ORGANIZACIONAL

A Lei nº 11.892, de 29/12/2008; que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica aliou ensino, pesquisa e extensão, ficando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) como responsável por supervisionar e monitorar as ações da referida Rede (BRASIL, 2008).

Para a realização desse monitoramento foram utilizados alguns indicadores que são gerados a partir de dados padronizados e são acessados através do: 1) Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC); 2) Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) e 3) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) (BRASIL, 2016).

A SETEC apresentou ao TCU indicadores educacionais que foram avaliados através do Acórdão 2.267/2005 (Brasil, 2005) que são:

- 9.1.1.1. relação candidato/vaga;
- 9.1.1.2. relação ingressos/aluno;
- 9.1.1.3. relação concluintes/aluno;
- 9.1.1.4. índice de eficiência acadêmica de concluintes;
- 9.1.1.5. índice de retenção do fluxo escolar;
- 9.1.1.6. relação de alunos/docente em tempo integral;
- 9.1.1.7. gastos correntes por aluno;
- 9.1.1.8. percentual de gastos com pessoal;
- 9.1.1.9. percentual de gastos com outros custeios;
- 9.1.1.10. percentual de gastos com investimentos;
- 9.1.1.11. número de alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar (BRASIL, 2005).

Conforme o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o orçamento utiliza dados acadêmicos informados junto ao SISTEC para elaboração da matriz orçamentária da referida Rede (CONIF, 2018).

A partir do orçamento disponibilizado à Rede Federal, tem-se que:

É imprescindível que as Instituições busquem, de forma sistêmica, um padrão de análise dos indicadores para justificar os resultados, apontando as possibilidades de melhorias nos aspectos avaliados, em razão das ações que vêm sendo desenvolvidas[...] (BRASIL, 2016, p. 31).

Conforme IFSC (2018), a matriz orçamentária:

tem por objetivo distribuir os créditos orçamentários para um exercício financeiro específico. Historicamente, a matriz é elaborada pelas instituições que compõem a Rede Federal e encaminhada para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, para avaliação e aprovação. Após a definição dos limites orçamentários para a composição do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, as unidades de Rede Federal recebem os limites para detalhamento das despesas. (IFSC, 2018)

O CONIF (2018) afirma ainda que a lógica de composição da matriz orçamentária:

considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, tecnológico, graduação, lato sensu, stricto sensu, cursos de formação

inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EAD) por campus de cada Instituição da Rede Federal. Não foram consideradas as matrículas de alunos associados a programas que recebem recursos próprios e de cursos pagos. (CONIF, 2018, p. 3)

Fica evidente, portanto, que a evasão impacta diretamente na matriz orçamentária do *campus*; tendo em vista que a redução do número de matrículas resulta em diminuição de no recebimento de orçamento pelas Instituições Federais de Ensino.

Conforme o CONIF, o montante total disponibilizado à Rede composta por 606 *campi* foi de R\$ 2.211.800.000,00, ou seja, houve um aumento de 1,28% em média comparada a Matriz 2017, que foi de R\$ R\$ 2.183.942.237,00. CONIF (2018, p.3).

Segundo dados da PNP (2018), o IFRJ no ano de 2017 recebeu um montante de R\$ 401.010.650,00.

Sendo assim, fica evidente que a evasão escolar impacta diretamente em recebimento orçamentário e que o IFRJ precisa atingir os índices definidos pelo MEC, afim de alcançar seus resultados sociais e organizacionais.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa se efetivou a partir de uma abordagem qualitativa, interpretativista e de natureza aplicada.

Utilizou-se um estudo fenomenológico; tendo em vista o mesmo “descrever o significado comum para vários indivíduos das suas experiências vividas de um conceito ou fenômeno” (Creswell, 2014, p. 72).

A fenomenologia empírica foi o tipo de abordagem escolhida pelo fato do pesquisador entender ser a mais pertinente para tratar os dados das entrevistas, partindo das experiências pessoais dos sujeitos participantes.

A delimitação do estudo ocorreu através de revisão de literatura dos conceitos de EJA, Evasão Escolar e Gestão Educacional; análise documental (legislação do IFRJ, legislação da EJA, indicadores institucionais); bem como através da realização de 26 entrevistas em novembro e dezembro de 2017 e abril de 2018 com sujeitos que experienciaram o fenômeno da evasão no curso de MSI-CRJ , entre o 2º semestre de 2006(1ª turma do curso) até 2º semestre letivo de 2017, no CRJ do IFRJ.

Antes do processo das entrevistas, o pesquisador realizou, em outubro de 2017, pesquisa documental junto à SEMT, COIEE e DPI.

Conforme Bardin (1977, p.31) a análise documental é: “Uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, afim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação”.

A pesquisa realizada nos três setores foi extremamente necessária para correlacionar os dados e consolidar as informações existentes.

Sendo assim, foram analisadas todas as planilhas com a relação de estudantes, desde o 2º semestre letivo de 2006 até o 2º semestre letivo de 2017 e ainda livros de abertura de processo para diplomação. A intenção inicial era verificar o quantitativo de estudantes matriculados no primeiro e no último período (6º período).

Em um segundo momento, foi realizada na SEMT e na COIEE a busca por todos os concluintes do curso. O resultado quantitativo foi de 39 estudantes concluintes, em um total de 567 estudantes ingressantes no mesmo período. O baixo número de concluintes mostrou-se alarmante e evidenciou o grave fenômeno da evasão escolar no curso, ou seja, um percentual de 93,13% de estudantes evadidos.

A pesquisa identificou ainda uma inconsistência nos dados analisados; tendo em vista que o estudo 39 estudantes concluintes, enquanto que o quantitativo existente junto à DPI, e

que fora enviado ao MEC, era de apenas 26 concluintes, ou seja, uma diminuição de 33,33% em relação ao quantitativo real de concluintes.

A referida inconsistência foi sanada entre o pesquisador e a SEMT, com a inserção dos concluintes faltantes no SISTEC inserindo os 13 concluintes que faltavam.

O terceiro momento ocorreu com a realização de 26 entrevistas semiestruturadas: 9 estudantes evadidos, 1 estudante concluinte, 7 estudantes matriculados, 3 docentes, ex-coordenador, vice-coordenador e coordenador do curso de MSI-CRJ, 2 gestores e 1 Técnico em Assuntos Educacionais (TAE). Foram realizadas 23 entrevistas presenciais, 1 por telefone e outras 2 pelos aplicativos *Skype* e *Whatsapp*, respectivamente.

O critério de seleção das entrevistas foi o da amostragem intencional e acessibilidade, ou seja, pela escolha dos mesmos pelo pesquisador; que pressupunha que estes tivessem informações relevantes sobre o fenômeno, bem como pela facilidade de acesso aos mesmos.

A pesquisa adotou a técnica de análise de conteúdo.

Segundo (Bardin, 1977, p. 95), a análise de conteúdo pode ser dividida em três fases: “1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação”.

A análise documental e a análise de conteúdo ocorreram a partir da transcrição das entrevistas, separação das categorias, agrupamento das categorias semelhantes, interpretação e inferência, contribuindo assim para a construção de um Plano de Ação Educacional.

Conforme Câmara (2013), a categorização permite reunir o quantitativo de informações, esquematizando-as e correlacionando-as em classes de acontecimentos para enfim ordená-las e classificá-las em blocos que expressem categorias específicas.

Após a categorização foi realizada uma análise vertical de cada uma das categorias, para identificar as percepções dos sujeitos durante seu percurso no curso de MSI-CRJ, bem como trazer subsídios sobre o fenômeno pesquisado.

Num segundo momento houve uma análise horizontal, em que o pesquisador realizou uma comparação entre as diferenças e semelhanças encontradas nos relatos dos entrevistados, subsidiando a organização individual de categorias, temas e contribuindo para a análise de resultados e elaboração de um Plano de Ação Educacional.

4. RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados, a partir de revisão teórica, análise de conteúdo e elaboração de um Plano de Ação Educacional.

4.1. CATEGORIZAÇÃO

A categorização, a partir da análise de conteúdo, foi essencial para os resultados da pesquisa.

As categorias encontradas foram: Comunicação Pública, Gestão Educacional (Temas: Infraestrutura, Processo Seletivo, Programa de Assistência Estudantil e Orçamento), Violência, Trabalho, Família, Organização Didático-Pedagógica (Temas: Pedagogia de Projetos, Matriz Curricular, Acolhimento, Dificuldade na Aprendizagem, Carga Horária, Material Didático, Avaliação, Estágio, Capacitação, Aprendizagem Coletiva, Diversificação de Cursos e Coordenação Técnico Pedagógica), Motivação e Impacto Social.

A categoria “Comunicação Pública”, primeira a ser elencada, foi a que mais chamou atenção durante as entrevistas.

Ficou evidente a deficiência na comunicação pública institucional através dos relatos de vários entrevistados. Conforme demonstra o seguinte trecho:

Na verdade, a gente não teve nada que divulgasse de verdade o curso [...]até mesmo dentro da escola não tem essa preocupação de divulgação e primeiro de tudo é ter uma boa divulgação. A maioria que entrou foi por indicação boca a boca. (CONCLUINTE);

Para Kunsch (2007) é preciso observar que:

[...]as ações comunicativas precisam ser guiadas por uma filosofia e uma política de comunicação integrada que leve em conta as demandas, os interesses e as exigências dos públicos estratégicos e da sociedade.[...] deve haver total integração entre a comunicação de negócios para a busca e o alcance da eficácia, da eficiência organizacional, em benefício dos públicos e da sociedade como um todo e não só da empresa isoladamente[...] (KUNSCH, 2007, p. 48).

Nesse sentido, o IFRJ precisa aprimorar seu processo de comunicação através da elaboração de um plano de comunicação que fortaleça sua identidade institucional, comunicação interna e comunicação externa, contribuindo para solucionar questões de identidade institucional, baixa procura, permanência e evasão escolar do curso de MSI-CRJ.

A categoria “Gestão Educacional” apresentou os seguintes temas: Infraestrutura, Processo Seletivo, Programa de Assistência Estudantil e Orçamento.

O Evadido 1 afirma “A infraestrutura” mostrou fragilidade nas seguintes falas: “a estrutura do IFRJ é boa [...] tem pontos que podem ser melhorados” e “Aqui na escola a gente demorou muito para ter o nosso laboratório de hardware. Dependíamos muito dos outros professores para dar aula prática aqui nesse laboratório”. (VICE-COORDENADOR).

O Vice-Coordenador informou ainda que no início do curso não havia laboratório de *hardware*, situação gravíssima para um curso técnico em manutenção e suporte em informática.

O tema “Processo Seletivo” apresentou convergência nas declarações do Vice-Coordenador e da Docente 1, quando declararam que o curso precisa ser reavaliado: “[...]acredito que devamos discutir sempre o curso e que também devamos discutir sempre o processo seletivo, pois ele ainda não está bom” e “Acho que tem que ser um processo seletivo diferente sim, porque a gente não trata pessoas que tem condições diferentes da mesma forma”.

O tema seguinte, “Programa de Assistência Estudantil”, tem marco legal no Decreto nº 7.234/2010; que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Conforme dados do CONIF (2018), em 2017 o montante geral disponibilizado à Rede Federal para Assistência Estudantil foi de R\$ 433.408.471,43 e em 2018 de R\$ 433.548.654,48, ou seja, havendo um acréscimo nominal de 0,03%. É possível depreender que o investimento em auxílio estudantil foi mínimo de comparando os anos de 2017 e 2018.

O que foi observado nas verbalizações é que o Programa de Assistência Estudantil precisa reavaliar os valores disponibilizados aos estudantes, dentro de um cenário de baixo recurso.

A categoria “Violência” perpassou todas as falas dos 26 entrevistados e pode ser observada nos seguintes relatos: “Temos vários casos de alunas que foram agredidas pelos pais, pelos maridos e então muitas inclusive se separam durante o curso porque elas começaram a ter coragem e consciência de que não precisam se submeter.” (DOCENTE 1); “São problemas de violência na cidade que a gente mora, problemas que envolvem famílias desestruturadas” (DOCENTE 1).

Identificou ainda a presença de Violência Simbólica em: “A instituição tem um olhar diferenciado para a EJA, no sentido de que eles são mais fracos; que não conseguem chegar além e tudo mais” (DOCENTE 1).

Conforme Bourdieu (1989, p. 15), Violência Simbólica define-se como: “Violência suave que ocorre onde se apresentam encobertas as relações de poder que regem os agentes e a ordem da sociedade global.”

A próxima categoria identificada foi “Trabalho”. Esta categoria está intrinsecamente ligada à realidade dos estudantes do curso e tem também rebatimentos no processo de trabalho dos outros atores institucionais.

As dificuldades de conciliação entre escola e trabalho, conforme Dayrell (1989, p. 85) acontece “através de mecanismos sutis, a ‘exclusão escolar’ aparece como um caminho natural e, para muitos, desejado, liberando estes jovens para assumirem integralmente sua condição de trabalhadores”.

A categoria “Família” foi muito citada e se evidencia nos relatos de todos os entrevistados como questão presente em suas relações sociais e acadêmicas: “A minha mulher, além de ter hipertensão teve nódulo no seio[...]. Nesse período aconteceu meu afastamento, pois meus filhos precisaram ficar comigo. (EVADIDO 1).

A próxima categoria identificada a partir da análise de conteúdo foi a da “Organização Didático-Pedagógica”, sendo subdividida nos seguintes temas: Pedagogia de Projetos, Matriz Curricular, Acolhimento, Dificuldade na Aprendizagem, Carga Horária, Material Didático, Avaliação, Estágio, Capacitação, Aprendizagem Coletiva, Diversificação de Cursos e Coordenação Técnico Pedagógica.

O tema “Pedagogia de Projetos”, expressa claramente a abordagem pedagógica do curso.

O IFRJ optou, no constructo do curso de MSI-CRJ, pela Pedagogia de Projetos. Hernandez & Ventura (1998) definem a Pedagogia de Projetos como:

uma forma de organizar a atividade de ensino e aprendizagem, que implica considerar que tais conhecimentos não se ordenam para sua compreensão de forma rígida, nem em função de algumas referências disciplinares preestabelecidas onde há uma homogeneização dos alunos” (HERNÁNDEZ & VENTURA, 1998, p. 61).

O tema “Matriz Curricular” foi um dos mais explicitados nas entrevistas; visto que, junto com o Projeto Político Pedagógico, compõe a espinha dorsal do curso.

É a partir da matriz curricular que são definidos arranjos disciplinares e suas respectivas cargas horárias individuais e, por conseguinte, a carga horária total do curso.

Conforme a Docente 1: “Muitos conteúdos acabam não sendo trabalhados como deveriam e às vezes nem sendo trabalhados”. A afirmação da docente da falta de tempo hábil é gravíssima e sinaliza a necessidade de readequação da matriz curricular.

Uma matriz curricular mal elaborada pode comprometer até a melhor proposta pedagógica adotada, pois a proposta pedagógica precisa de sustentação e uma matriz curricular eivada de equívocos comprometerá todo o processo acadêmico.

O Parecer CNE/CEB 11/2000, sobre a questão curricular aponta direções para mudanças:

A flexibilidade curricular deve significar um momento de aproveitamento das experiências diversas que estes alunos trazem consigo como, por exemplo, os modos pelos quais eles trabalham seus tempos e seu cotidiano. A flexibilidade poderá atender a esta tipificação do tempo mediante módulos, combinações entre ensino presencial e não-presencial e uma sintonia com temas da vida cotidiana dos alunos, a fim de que possam se tornar elementos geradores de um currículo pertinente (BRASIL, 2000, p. 61).

O tema “Acolhimento” é de grande importância para os estudantes entrantes.

Conforme Ribeiro et al. (2016) “[...]Um espaço acolhedor transforma o aprendizado em uma ferramenta estimuladora e, cria condições para que o ato educativo possa ser refletido no desenvolvimento bio-psico-social”.

O tema “Dificuldade na Aprendizagem” apresenta alguns motivos responsáveis pela deficiência no aprendizado: resultado de um Ensino Fundamental de qualidade deficiente, esgotamento físico e expressão das dificuldades intergeracionais na apropriação das novas tecnologias, ratificados em relatos como: “Eu já encontrei alunos em que o processo de alfabetização ficou claro que não estava concluído” (DOCENTE 1); “ Informática, Inglês e Física eram matérias que não eram conhecidas por mim“ (CONCLUINTE) e “Nós temos um grupo de alunos mais jovens que tem pleno domínio dessas ferramentas e um grupo mais velho que às vezes nem tem a máquina em casa.[...]. É uma realidade que ainda existe[...] (DOCENTE 1).

O tema “Horário de Aula” foi pontuado como questão dificultadora no processo de ensino e aprendizagem. Docentes e estudantes relataram que há uma dificuldade por parte dos estudantes de chegarem às 18h10min e saírem às 22h:30m.

Os motivos impeditivos para o atraso são: trajeto do trabalho à escola, violência nas áreas onde alguns estudantes residem, horário de saída, insegurança no entorno do *campus* e a falta de transporte para estudantes retornarem para suas residências.

O tema “Carga Horária” buscava discutir a questão da carga horária total do curso, para que se verificasse sua adequação à realidade, anseios dos estudantes e influência na questão da evasão escolar.

Há posições opostas em relação às declarações do Vice-Coordenador e do Gestor 1, ou seja, o primeiro afirma que a carga horária de 6 semestres é ideal, enquanto o Gestor 1 defende 4 semestres como o ideal, conforme pode-se identificar em: “A gente está com esse curso com 3 anos de duração. É um tamanho bom de curso para eles terem o Ensino Médio e técnico juntos. Acho que está perfeito.” (VICE-COORDENADOR) e “Estamos com 6 semestres, quando efetivamente a gente deveria estar com 4 semestres. Seria o ideal. [...]” (GESTOR 1).

O tema “Material Didático” foi qualificado como deficiente conforme os seguintes trechos: “Eu acho que tinha que dar uma revisada em questão disso. Por exemplo, tinham materiais que o professor é que trazia, trabalhos que já tinham sido usados em outros momentos para poder adequar porque livros respeito a gente não recebeu muito” (CONCLUINTE) e “Tem muita coisa pra melhorar ainda.” (VICE-COORDENADOR).

O tema “Avaliação” é controverso, pois os docentes possuem autonomia no seu processo de trabalho.

Alguns entrevistados criticaram o referido processo: “Tem de tudo: pessoas que passam trabalho, avaliação ao final do processo. Não é uma coisa conversada e dialogada. Todo mundo reivindica autonomia, mas que autonomia é essa?” (EX-COORDENADORA) e “É difícil. Não é para o aluno ser reprovado em determinadas disciplinas. Aqui é para facilitar eles chegarem lá, senão você reprova ele aqui e ele não vai chegar lá[...]” (DOCENTE 2).

O tema “Estágio” foi trazido por alguns alunos como questão que precisa de atenção.

O Matriculado 7 afirma: “Outro problema é que nós que trabalhamos durante o dia todo não conseguimos fazer o estágio durante o dia. O IFRJ poderia aumentar o número de vagas de estágio para a gente aqui à noite.” (MATRICULADO 7).

A integralização de disciplinas, mas a não realização do estágio, classifica o estudante como evadido, logo a questão do estágio é fator que pode impactar fortemente na evasão escolar.

O tema “Capacitação” foi identificado como questão que também precisa ser reavaliada.

Os entrevistados Docente 1 e Vice-Coordenador apontaram que não há capacitação atualmente: “Os docentes vão aprendendo na marra, no cotidiano, nas dificuldades [...]” (DOCENTE 1); “Nunca produzi academicamente sobre o assunto. Nunca produzi um artigo sobre o assunto não” (VICE-COORDENADOR).

Consoante Jardimino e Araújo (2014) existe uma deficiência na formação de profissionais no que diz respeito à EJA

As recentes pesquisas evidenciam ainda que os professores da EJA, originários de diversas áreas de formação, são preparados para atuar no ensino regular, ingressam na EJA por diferentes motivos e, em raras situações, por uma escolha pessoal. Em geral são professores que não possuem formação teórico-metodológica para o trabalho com jovens e adultos[...]. (JARDILINO e ARAÚJO, 2014, p. 96).

O tema “Aprendizagem Coletiva” pressupõe que a organização seja espaço de aprendizagem entre os sujeitos da organização.

Segundo Freire (1980) o processo educacional é permanente, ou seja, todos estão se educando todo o tempo.

Os relatos expressam a importância desse tema: “Você vê o brilho nos olhos deles e parece até que você está dando alguma coisa para eles, mas você está recebendo educação, qualificação, profissionalização” (EVADIDO 1).

Ainda na perspectiva da entrevistada Docente 1: “Aprendi muito, uma flexibilização de como acessar esse aluno, de olhar esse aluno não como uma mera máquina reprodutora do conhecimento[...]várias situações dentro desses três anos e meio foram um aprendizado para mim. Bagunçaram as caixinhas[...]”.

O tema “Diversificação de Cursos” foi apresentado por alguns estudantes matriculados e evadidos sugerindo que o IFRJ deveria oferecer outros cursos na modalidade EJA e também curso de nível superior na área de informática.

O último tema da categoria “Organização-Didático-Pedagógica” é a “Coordenação Técnico-Pedagógica – CoTP”.

Os estudantes consideram a CoTP como setor de apoio, conforme seguintes declarações: “Eu tive um apoio maravilhoso lá, me aconselharam, encaminharam para psicólogos, médicos.” (EVADIDO 2) e “Eu queria colocar que a Coordenação Técnico-Pedagógica é um setor importante nesse sentido de acompanhamento dos alunos[...]” (MATRICULADO 4).

A categoria “Motivação”, surgiu a partir da relevante entrevista com a TAE.

Consoante Bzuneck (2000, p.9) “a motivação, ou o motivo, é aquilo que move uma pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar de curso”.

A verbalização da TAE expressa a importância da motivação como fator que influencia diretamente no combate à evasão escolar: “Estudos comprovam que as pessoas evadem mais por falta de motivação, então acho que trabalhar a motivação seria motivo principal para combater a evasão. [...] (TAE).

A última categoria, “Impacto Social”, teve destaque em várias entrevistas.

Segundo (UTSUNOMIYA, 2014) Impacto Social (IS) é o conjunto das dimensões sociais, econômicas e ambientais convergindo para um conceito de sustentabilidade que se pauta na preocupação com gerações futuras.

Os entrevistados afirmaram em uníssono que esta categoria é o objetivo finalístico do curso: “O principal ponto é a inclusão social” (VICE-COORDENADOR); “[...] um dos motivos que me levaram a lecionar no curso é tudo aquilo que acredito, ou seja, o que socialmente se pode fazer num curso dessa natureza”; “A minha atuação no MSI me faz sentir socialmente responsável. Acho um trabalho relevante e tenho percebido como a gente modifica a vida” e “A gente consegue alterar a realidade social “(DOCENTE 1).

É inquestionável a relevância social do curso de MSI-CRJ, porém o diagnóstico da pesquisa, como 93,13% de evasão escolar, demonstra que o impacto social não tem atendido às expectativas desejadas.

4.2. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL

A partir da análise de conteúdo elaborou-se um Plano de Ação Educacional.

Segundo Moura e Barbosa (2013, p. 48) “O Plano de Ação especifica ações, atividades, tarefas e recursos, encadeados no tempo e no espaço; tendo em vista maximizar a eficiência na realização dos objetivos do projeto”.

O Plano de Ação Educacional propõe as seguintes ações:

Ação 1: Elaborar plano de comunicação institucional - sob responsabilidade da Coordenação de Curso e da Assessoria de Comunicação - elaboração e ajustes permanentes – custo: R\$ 5.000,00 ao ano;

Ação 2: Reavaliar a matriz curricular do curso, considerando a possibilidade da adoção de certificação por módulos, reconhecimento de saberes e competências e EAD - sob a responsabilidade da Direção de Ensino, Coordenação de Curso e Docentes – em caráter permanente – custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 3: Reavaliar a disposição das disciplinas no horário acadêmico - sob a responsabilidade da Direção de Ensino, Coordenação de Curso e Docentes - em caráter permanente - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 4: Implementar aulas de reforços para estudantes repetentes e oferecer nivelamento para estudantes entrantes que necessitarem - sob a responsabilidade da Direção de Ensino, Coordenação de Curso e Docentes - em caráter permanente - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 5: Reforçar no acolhimento estudantil, em sensibilizações e em sala de aula o combate à violência simbólica - sob a responsabilidade da Direção Geral, Direção de Ensino, Coordenação de Curso, Coordenação Técnico-Pedagógica, Docentes e Discentes - em caráter permanente - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 6: Acelerar o processo de acesso ao cartão de passagem dos estudantes antes do início do semestre letivo – sob a responsabilidade da Direção de Ensino e SEMT - em caráter permanente - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 7: Reavaliar a gestão do Programa de Auxílio Estudantil - sob a responsabilidade da Reitoria, Direção Geral, Direção de Ensino, Coordenação de Curso e CoTP – em caráter permanente - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 8: Oferecer Alimentação aos estudantes - sob a responsabilidade da Direção Geral do CRJ - em caráter permanente – custo de R\$ 40.000,00 ao ano;

Ação 9: Reavaliar e incrementar recursos para infraestrutura e recursos pedagógicos – sob responsabilidade da Direção Geral, Direção de Ensino e Coordenação do Curso – em caráter permanente - custos a serem definidos após diagnóstico técnico;

Ação 10: Organizar força-tarefa para que estudantes integralizados concluam o curso realizando estágio - sob responsabilidade da Direção de Ensino e Coordenação de Curso - durante ano de 2018 e 2019 - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 11: Oferecer vagas de estágio no período noturno no IFRJ, bem como buscar parcerias com empresas que também ofereçam vagas noturnas de estágio – sob a responsabilidade da Coordenação do Curso e da Coordenação de Integração Escola Empresa - em caráter permanente - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 12: Organizar, através da Coordenação Técnico Pedagógica, atividades de motivação e técnicas de ensino e aprendizagem para os estudantes - sobre responsabilidade da Coordenação do Curso e da Coordenação Técnico-Pedagógica - em caráter permanente - custos já inseridos no orçamento institucional;

Ação 13: Redefinir o uso da Biblioteca, contribuindo para uso com equidade por todos os discentes do CRJ - sob a responsabilidade da Direção de Ensino e Coordenação de Biblioteca e Grêmios Estudantil – ano de 2018 - custos já inseridos no orçamento institucional e

Ação 14: Elaborar plano de capacitação em EJA para os docentes - sob a responsabilidade da Direção Geral Direção de Ensino, Coordenação do Curso e Docentes - em caráter permanente - recursos já disponíveis para capacitação no orçamento institucional;

O Plano de Ação Educacional não tem a pretensão de esgotar o estudo proposto por essa pesquisa; visto que a evasão escolar é fenômeno multivariado e demanda *feedbacks* e reavaliações constantes, afim de que a flagrante situação seja superada.

5. CONCLUSÃO

Visando alcançar o objetivo principal que foi o de realizar um diagnóstico sobre a evasão no curso de MSI do CRJ e elaborar um Plano de Ação Educacional, afim de possibilitar a diminuição da evasão escolar no curso de MSI-CRJ e contribuir para o alcance das metas organizacionais e sociais”, esta pesquisa chegou as seguintes conclusões:

O diagnóstico demonstrou que a evasão escolar impacta fortemente a matriz orçamentária das IFEs e, por conseguinte, do IFRJ, conforme dados disponibilizados pelo CONIF (2018) e pela PNP (2018), apesar desta questão não ter tido o relevo necessário por parte dos entrevistados; pelo contrário, verbalizaram que o impacto social é a questão preponderante no diagnóstico apresentado.

Entre as categorias surgidas com as entrevistas, a que teve maior relevo foi a “Comunicação Pública”, pois ficou evidente que a mesma apresenta deficiência institucional impactando diretamente na identificação organizacional, procura pelo curso, permanência e, por inferência, na evasão.

É preciso que a instituição se revele como é; que seja (re)conhecida pelas suas especificidades pelos clientes internos e externos.

O que foi percebido nos relatos é que a instituição se perdeu identitariamente; tendo em vista os processos de mudanças institucionais ocorridos com a sua transformação de Cefet Química para Instituto Federal no ano de 2008.

É imprescindível sejam tomadas providências e se efetivem ações que coloque a Comunicação Organizacional em posição estratégica no IFRJ.

As demais categorias também demonstraram que exercem grande impacto no fenômeno da evasão.

A pesquisa sugere também que seja elaborado um planejamento para capacitação em EJA aos docentes, reordenamento no Programa de Auxílio Estudantil, alteração no processo didático-pedagógico, investimento em infraestrutura física e de recursos pedagógicos, alteração de processos administrativos, ou seja, ações integrantes do Plano de Ação Educacional proposto.

É inegável a importância do impacto social do curso na vida dos estudantes e na sociedade, porém com o alto índice de evasão atual, o impacto social tem estado muito aquém do mínimo desejável e, portanto a diminuição de orçamento disponibilizada pelo MEC à Rede Federal de Ensino ganha relevo ratificando a importância da pesquisa e vai além, evidencia a necessidade premente da superação da evasão escolar não só no curso de MSI-CRJ, mas em toda a Rede Federal de Ensino.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Sonia Carbonell. Arte e Educação Estética para Jovens e Adultos: As transformações no olhar do aluno. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 180 p., 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062007-094232/pt-br.php>> Acesso em: 30 jun. 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em:<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/ind.asp>. Acesso em 05 jul. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação no. 9.394/1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica – CNE/CEB Nº 05/1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb005_98.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CEB no. 11/2000 de 10/05/2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf> Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2.267/2005 Plenário. Brasília, DF, TCU, 2005 .Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/detalhamento/11/%252a/NUMACORDAO%253A2267%2520ANOACORDAO%253A2005/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/false/1>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BRASIL. Lei LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 21 mai. 2017

BRASIL. Ministério da Educação. Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0. Indicadores, definições, fórmulas de cálculo e critérios de agregação. Ministério da Educação, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_de_indicadores_da_rfepct_2016.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BZUNECK, J. A. As crenças de auto-eficácia dos professores. In: F.F. Sisto, G. de Oliveira, & L. D. T. Fini (Orgs.). Leituras de psicologia para formação de professores. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

CÂMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Revista Interinstitucional de Psicologia. 6(2). Jul. dez, 2013, 179-191, 2013.
CONIF. Metodologia da matriz orçamentária da rede de ensino profissional e tecnológico de 2018. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/br/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3e. – Porto Alegre: Penso, 2014. 341p.; 25cm, 2014.

DAYRELL, J. T., (1989). De olho na escola: as experiências educativas na ótica do aluno-trabalhador. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro; Paz e Terra,1980.

FRITSCH, Rosângela; VITELLI, Ricardo Ferreira. Evasão Escolar, a Escola e o Mercado de Trabalho: O que Dizem Jovens do Ensino Médio de Escolas Públicas. Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, Movimentos Sociais e Políticas Governamentais, julho de 2016.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

IFRJ. Histórico. Disponível em: <<http://ifrj.edu.br/instituicao/historico>> Acesso em: 14 mai. 2017.

IFSC. Nota Técnica nº 32/2016/GAB/SETEC/SETEC. Disponível em:<https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/sic/NOTA_TeCNICA_MATRIZ_CONIF.pdf> Acesso em: 06 jul. 2018.

JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014

KUNSCH, M. M. K. Comunicação organizacional na era digital: contextos, percurso e possibilidades. Signo Y Pensamiento 51- volumen XXVI-Julio-diciembre 2007.

MOURA, D. G.& BARBOSA, E. F. Trabalhando com Projetos: Planejamento e gestão de projetos educacionais. 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal. Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org/>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/15%20-20Manual%20de%20Gest%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gico%20e%20Administrativo/2.10%20Combate%20%C3%A0%20evas%C3%A3o/UM%20ESTUDO%20SOBRE%20A%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR%20-%20PARA%20PENSAR%20NA%20EVAS%C3%83O%20ESCOLAR.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018

SOARES, L. J. G. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UTSUNOMIYA, R. Impactos Sociais e Efeitos Cumulativos decorrentes de Grandes Projetos de Desenvolvimento: Aplicação de Redes de Impactos e Sobreposição de Mapas em estudo de caso para o Litoral Norte Paulista (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências de Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2014.